

LEÃO XIV



CICLO DE CATEQUESES
SOBRE O CONCÍLIO VATICANO II

Editado por 



PAPA LEÃO XIV

AUDIÊNCIAS GERAIS DAS QUARTAS-FEIRAS

**Ciclo de Catequeses
sobre o Concílio Vaticano II através dos seus Documentos.**

Fonte:
vatican.va

Quarta-feira, 7 de janeiro de 2026

Catequese introdutória

Irmãos e irmãs, bom dia e bem-vindos!

Após o Ano jubilar, durante o qual pudemos meditar sobre os mistérios da vida de Jesus, iniciamos um novo ciclo de catequeses que será dedicado ao Concílio Vaticano II e à releitura dos seus Documentos. Trata-se de uma ocasião preciosa para redescobrir a beleza e a importância deste evento eclesial. São João Paulo II, no final do Jubileu do Ano 2000, afirmava assim: «Sinto ainda mais intensamente o dever de indicar o Concílio como *a grande graça de que beneficiou a Igreja no século XX*» (Carta apostólica Novo millennio ineunte, 57).

Com o aniversário do Concílio de Niceia, em 2025 pudemos recordar os 60 anos do Concílio Vaticano II. Embora o tempo que nos separa daquele evento não seja tão longo, é igualmente verdade que a geração de Bispos, teólogos e crentes do Vaticano II já não existe. Portanto, enquanto sentimos o apelo a não anular a sua profecia e a continuar a procurar formas e meios para pôr em prática as suas intuições, será importante conhecê-lo novamente de perto, e fazê-lo não através do “ouvir dizer”, nem das interpretações que lhe foram dadas, mas relendo os seus Documentos e refletindo sobre o seu conteúdo. Com efeito, trata-se do Magistério que ainda hoje constitui a estrela polar do caminho da Igreja. Como ensinava Bento XVI, «com o passar dos anos, os Documentos conciliares não perderam atualidade; os seus ensinamentos revelam-se particularmente pertinentes em relação às novas instâncias da Igreja e da atual sociedade globalizada» (Primeira mensagem no final da Missa com os Cardeais eleitores, 20 de abril de 2005).

Quando o Papa São João XXIII inaugurou a assembleia conciliar, em 11 de outubro de 1962, falou dele como da aurora de um dia de luz para toda a Igreja. O trabalho dos numerosos Padres convocados, provenientes das Igrejas de todos os continentes, abriu efetivamente o caminho para uma nova era eclesial. Depois de uma rica reflexão bíblica, teológica e litúrgica,

que atravessou o século XX, o Concílio Vaticano II redescobriu o rosto de Deus como Pai que, em Cristo, nos chama a ser seus filhos; olhou para a Igreja à luz de Cristo, luz das nações, como mistério de comunhão e sacramento de unidade entre Deus e o seu povo; iniciou uma importante reforma litúrgica, colocando no centro o mistério da salvação e a participação ativa e consciente de todo o Povo de Deus. Ao mesmo tempo, ajudou-nos a abrir-nos ao mundo e a enfrentar as mudanças e os desafios da época moderna no diálogo e na corresponsabilidade, como uma Igreja que deseja abrir os braços à humanidade, fazendo ressoar as esperanças e as angústias dos povos e colaborando na construção de uma sociedade mais justa e fraterna.

Graças ao Concílio Vaticano II, «a Igreja torna-se palavra; a Igreja faz-se mensagem; a Igreja torna-se diálogo» (São Paulo VI, Carta enc. *Ecclesiam suam*, 67), comprometendo-se a procurar a verdade através do caminho do ecumenismo, do diálogo inter-religioso e do diálogo com as pessoas de boa vontade.

Este espírito, esta atitude interior, deve caracterizar a nossa vida espiritual e a ação pastoral da Igreja, porque ainda devemos realizar mais plenamente a reforma eclesial em chave ministerial e, diante dos desafios atuais, somos chamados a permanecer atentos intérpretes dos sinais dos tempos, alegres anunciadores do Evangelho, corajosas testemunhas de justiça e paz. D. Albino Luciani, futuro Papa João Paulo I, então Bispo de Vittorio Veneto, no início do Concílio escreveu profeticamente: «Existe, como sempre, a necessidade de realizar não tanto organismos ou métodos e estruturas, mas uma santidade mais profunda e vasta. [...] Pode ser que os frutos ótimos e abundantes de um Concílio se vejam após séculos e amadureçam superando com dificuldade contrastes e situações adversas».

[1] Assim, redescobrir o Concílio como afirmou o Papa Francisco, ajuda-nos a «devolver a primazia a Deus, a uma Igreja que seja louca de amor pelo seu Senhor e por todos os homens, por Ele amados» (*Homilia no 60º aniversário do início do Concílio Vaticano II*, 11 de outubro de 2022).

Irmãos e irmãs, o que São Paulo VI disse aos Padres conciliares no final dos trabalhos continua a ser também para nós, hoje, um critério de orientação; ele afirmou que tinha chegado a hora da partida, de deixar a

assembleia conciliar para ir ao encontro da humanidade, levando-lhe a boa nova do Evangelho, na consciência de ter vivido um tempo de graça em que se condensavam passado, presente e futuro: «O passado, porque aqui está congregada a Igreja de Cristo, com a sua tradição, a sua história, os seus Concílios, os seus Doutores, os seus Santos. [...] O presente, porque nos despedimos para ir ao encontro do mundo de hoje, com as suas misérias, as suas dores, os seus pecados, mas também com as suas conquistas prodigiosas, os seus valores, as suas virtudes. [...] Depois, o futuro está lá, no apelo imperioso dos povos por uma maior justiça, na sua vontade de paz, na sua sede consciente ou inconsciente de uma vida mais elevada: precisamente aquela que a Igreja de Cristo pode e quer oferecer-lhes» (São Paulo VI, *Mensagem aos Padres conciliares*, 8 de dezembro de 1965).

Também para nós é assim. Aproximando-nos dos Documentos do Concílio Vaticano II e redescobrimo a sua profecia e atualidade, acolhamos a rica tradição da vida da Igreja e, ao mesmo tempo, interroguemo-nos sobre o presente e renovemos a alegria de correr ao encontro do mundo, para lhe levar o Evangelho do reino de Deus, reino de amor, justiça e paz.

Notas

[1] A. Luciani – Giovanni Paolo I, *Note sul Concilio, em Opera omnia, vol. II, Vittorio Veneto 1959-1962. Discorsi, scritti, articoli*, Padova 1988, 451-453.

Quarta-feira, 14 de janeiro de 2026

Constituição dogmática Dei Verbum.

1. Deus fala aos homens como amigos

Prezados irmãos e irmãs, bom dia e bem-vindos!

Demos início ao ciclo de catequeses sobre o Concílio Vaticano II. Hoje começamos a aprofundar a Constituição dogmática Dei Verbum, sobre a Revelação divina. Trata-se de um dos documentos mais bonitos e importantes da assembleia conciliar e, para nos introduzir, pode ser útil recordar as palavras de Jesus: «Já não vos chamo servos, porque o servo não sabe o que faz o seu senhor; mas chamei-vos amigos, porque vos dei a conhecer tudo o que ouvi do meu Pai» (Jo 15, 15). Este é um ponto fundamental da fé cristã, que a Dei Verbum nos recorda: Jesus Cristo transforma radicalmente a relação do homem com Deus, que doravante será uma relação de amizade. Por isso, a única condição da nova aliança é o amor.

Comentando esta passagem do quarto Evangelho, Santo Agostinho insiste sobre a perspectiva da graça, a única que nos pode tornar amigos de Deus no seu Filho (*Comentário ao Evangelho de João, Homilia 86*). Com efeito, um antigo provérbio dizia: “*Amicitia aut pares invenit, aut facit*”, “A amizade nasce entre iguais, ou torna-os iguais”. Não somos iguais a Deus, mas é o próprio Deus que nos torna semelhantes a Ele no seu Filho.

Por isso, como podemos ver em toda a Escritura, na Aliança há um primeiro momento de distância, pois o pacto entre Deus e o homem permanece sempre assimétrico: Deus é Deus e nós somos criaturas; mas, com a vinda do Filho na carne humana, a Aliança abre-se ao seu fim último: em Jesus, Deus torna-nos filhos e chama-nos a tornar-nos semelhantes a Ele na nossa frágil humanidade. Assim, a nossa semelhança com Deus não se alcança através da transgressão e do pecado, como sugere a serpente a Eva (cf. Gn 3, 5), mas na relação com o Filho que se fez homem.

As palavras do Senhor Jesus que recordamos – “chamei-vos amigos” – são retomadas precisamente na Constituição *Dei Verbum*, que afirma: «Em virtude desta revelação, Deus invisível (cf. *Cl* 1, 15; *1 Tm* 1, 17), na riqueza do seu amor, fala aos homens como amigos (cf. *Ex* 33, 11; *Jo* 15, 14-15) e convive com eles (cf. *Br* 3, 38), para os convidar e admitir à comunhão com Ele» (n. 2). O Deus do Génesis já se relacionava com os progenitores, dialogando com eles (cf. *Dei Verbum*, 3); e quando, através do pecado, este diálogo se interrompe, o Criador não se cansa de procurar o encontro com as suas criaturas e de estabelecer, de tempos em tempos, uma Aliança com elas. Na Revelação cristã, ou seja, quando Deus, para vir à nossa procura, se faz carne no seu Filho, o diálogo que se tinha interrompido é restabelecido de maneira definitiva: a Aliança é nova e eterna, nada pode separar-nos do seu amor. Portanto, a Revelação de Deus tem o caráter dialógico da amizade e, como acontece na experiência da amizade humana, não suporta o mutismo, mas alimenta-se do intercâmbio de palavras verdadeiras.

A Constituição *Dei Verbum* recorda-nos também isto: Deus fala connosco. É importante compreender a diferença entre a palavra e a tagarelice: esta última limita-se à superfície, não realiza uma comunhão entre as pessoas, enquanto nas relações autênticas, a palavra não serve apenas para trocar informações e notícias, mas para revelar quem somos. A palavra possui uma dimensão reveladora que cria uma relação com o outro. Assim, quando falar connosco, Deus revela-se como Aliado que nos convida à amizade com Ele.

Nesta perspetiva, a primeira atitude a cultivar é a escuta, para que a Palavra divina possa penetrar nas nossas mentes e corações; ao mesmo tempo, somos chamados a falar com Deus, não para lhe comunicar o que Ele já sabe, mas para nos revelarmos a nós mesmos.

Daí a necessidade da oração, na qual somos chamados a viver e cultivar a amizade com o Senhor. Isto realiza-se, em primeiro lugar, na oração litúrgica e comunitária, onde não somos nós que decidimos o que ouvir da Palavra de Deus, mas é Ele mesmo que nos fala por intermédio da Igreja; além disso, cumpre-se na prece pessoal, que acontece na intimidade do coração e da mente. No dia e na semana do cristão não pode faltar o tempo

dedicado à oração, à meditação e à reflexão. Só quando falamos com Deus podemos também falar de Deus.

A nossa experiência diz-nos que as amizades podem terminar devido a algum gesto clamoroso de rutura, ou por causa de uma série de desatenções diárias, que desgastam a relação a ponto de a perder. Se Jesus nos chama a ser amigos, procuremos não deixar este apelo sem uma resposta. Acolhamo-lo, cuidemos desta relação e descobriremos que a nossa salvação consiste precisamente na amizade com Deus.

Quarta-feira, 21 de janeiro de 2026

Constituição dogmática Dei Verbum.

2. Jesus Cristo, revelador do Pai

Prezados irmãos e irmãs, bom dia e bem-vindos!

Damos continuidade às catequeses sobre a Constituição dogmática Dei Verbum, do Concílio Vaticano II, sobre a Revelação divina. Vimos que Deus se revela num diálogo de aliança, no qual se dirige a nós como a amigos. Portanto, trata-se de um conhecimento relacional, que não comunica somente ideias, mas compartilha uma história e chama à comunhão na reciprocidade. O cumprimento desta revelação realiza-se num encontro histórico e pessoal, no qual o próprio Deus se oferece a nós, tornando-se presente, e nós descobrimo-nos conhecidos na nossa verdade mais profunda. Foi o que aconteceu em Jesus Cristo. O Documento diz: «A verdade profunda, tanto a respeito de Deus como a respeito da salvação dos homens, manifesta-se-nos por esta revelação em Cristo, que é simultaneamente o mediador e a plenitude de toda a revelação» (DV, 2).

Jesus revela-nos o Pai, envolvendo-nos na própria relação com Ele. No Filho enviado por Deus Pai, «os homens [...] têm acesso ao Pai no Espírito Santo e tornam-se participantes da natureza divina» (*ibid.*). Assim, chegamos ao pleno conhecimento de Deus, entrando na relação do Filho com o seu Pai, em virtude da ação do Espírito. Atesta-o, por exemplo, o evangelista Lucas, quando nos descreve a prece de júbilo do Senhor: «Nesse mesmo instante, [Jesus] estremeceu de alegria sob a ação do Espírito Santo e disse: “Bendigo-te, ó Pai, Senhor do Céu e da Terra, porque escondeste estas coisas aos sábios e aos inteligentes, e as revelaste aos pequeninos. Sim, Pai, porque tudo isso foi do teu agrado. Tudo me foi entregue por meu Pai, e ninguém conhece quem é o Filho senão o Pai, nem quem é o Pai senão o Filho e aquele a quem o Filho houver por bem revelar-lhe» (*Lc* 10, 21-22).

Graças a Jesus, conhecemos Deus como somos conhecidos por Ele (cf. *Gl 4, 9; 1 Cor 13, 13*). Na verdade, em Cristo, Deus comunicou-nos a si mesmo e, ao mesmo tempo, manifestou-nos a nossa verdadeira identidade de filhos, criados à imagem do Verbo. Este «Verbo eterno ilumina todos os homens» (*DV, 4*), revelando a sua verdade no olhar do Pai: «O teu Pai, que vê no segredo, recompensar-te-á» (*Mt 6, 4.6.8*), diz Jesus; e acrescenta que «o Pai conhece as nossas necessidades» (cf. *Mt 6, 32*). Jesus Cristo é o lugar onde reconhecemos a verdade de Deus Pai, enquanto nos descobrimos conhecidos por Ele como filhos no Filho, chamados ao mesmo destino de vida plena. São Paulo escreve: «Ao chegar a plenitude dos tempos, Deus enviou o seu Filho [...] para que recebêssemos a adoção de filhos. E porque sois filhos, Deus enviou ao nosso coração o Espírito [do seu Filho], que clama: “Abbá! Pai!”» (*Gl 4, 4-6*).

Além disso, Jesus Cristo é revelador do Pai com a própria humanidade. Precisamente porque é o Verbo encarnado que habita entre os homens, Jesus revela-nos Deus com a sua humanidade verdadeira e íntegra: «Por isso – diz o Concílio – vê-lo é ver o Pai (cf. *Jo 14, 9*), com toda a sua presença e manifestação da sua pessoa, com palavras e obras, sinais e milagres, e sobretudo com a sua morte e gloriosa ressurreição, enfim com o envio do Espírito de verdade, completa e confirma... a revelação» (*DV, 4*). Para conhecer Deus em Cristo, devemos acolher a sua humanidade integral: a verdade de Deus não se revela plenamente, quando se priva o humano de algo, assim como a integridade da humanidade de Jesus não diminui a plenitude do dom divino. É o humano integral de Jesus que nos revela a verdade do Pai (cf. *Jo 1, 18*).

Quem nos salva e nos convoca não são apenas a morte e a ressurreição de Jesus, mas a sua própria pessoa: o Senhor que se encarna, nasce, cura, ensina, sofre, morre, ressuscita e permanece entre nós. Por isso, para honrar a grandeza da Encarnação, não é suficiente considerar Jesus como o canal de transmissão de verdades intelectuais. Se Jesus tem um corpo real, a comunicação da verdade de Deus realiza-se naquele corpo, com o seu modo próprio de perceber e sentir a realidade, com a sua maneira de habitar o mundo e de o atravessar. É o próprio Jesus que nos convida a partilhar o seu olhar sobre a realidade: «Olhai para as aves do céu – diz – não semeiam,

nem ceifam, nem recolhem em celeiros; e o vosso Pai celeste alimenta-as. Não valeis vós mais do que elas?» (*Mt* 6, 26).

Irmãos e irmãs, seguindo até ao fim o caminho de Jesus, chegamos à certeza de que nada nos poderá separar do amor de Deus: «Se Deus é por nós – escreve ainda São Paulo – quem será contra nós? Ele, que não poupou o próprio Filho, [...] como não havia de nos dar também, com Ele, todas as coisas?» (*Rm* 8, 31-32). Graças a Jesus, o cristão conhece Deus Pai, abandonando-se com confiança a Ele!

Quarta-feira, 28 de janeiro de 2026

Constituição dogmática Dei Verbum.

3. Um único depósito sagrado. A relação entre a Escritura e a Tradição.

Estimados irmãos e irmãs, bom dia e bem-vindos!

Dando continuidade à leitura da Constituição conciliar *Dei Verbum* sobre a Revelação divina, hoje refletimos sobre a relação entre a Sagrada Escritura e a Tradição. Podemos tomar como pano de fundo duas cenas evangélicas. Na primeira, que tem lugar no Cenáculo, Jesus, no seu grande discurso-testamento dirigido aos discípulos, afirma: «Eu disse-vos isto estando convosco. Mas o Consolador, o Espírito Santo que o Pai enviará em meu nome, Ele ensinar-vos-á todas as coisas e recordar-vos-á tudo o que vos tenho dito. [...] Quando vier o Espírito da verdade, Ele guiar-vos-á para a verdade total» (*Jo* 14, 25-26; 16, 13). A segunda cena leva-nos, ao contrário, até às colinas da Galileia. Jesus ressuscitado mostra-se aos discípulos, surpreendidos e duvidosos, confiando-lhes uma missão: «Ide, pois, ensinai todas as nações [...] ensinando-as a cumprir tudo o que vos tenho mandado» (*Mt* 28, 19-20). Em ambas estas cenas é evidente o íntimo nexos entre a palavra pronunciada por Cristo e a sua difusão ao longo dos séculos. É quanto afirma o Concílio Vaticano II, recorrendo a uma imagem sugestiva: «A sagrada Tradição e a Sagrada Escritura estão intimamente ligadas e compenetradas entre si. Com efeito, derivando ambas da mesma fonte divina, formam como que uma só coisa e tendem para o mesmo fim» (*Dei Verbum*, 9). A Tradição eclesial ramifica-se ao longo da história através da Igreja que ampara, interpreta, encarna a Palavra de Deus. O *Catecismo da Igreja Católica* (cf. n. 113) remete, a tal respeito, para um lema dos Padres da Igreja: «A Sagrada Escritura está inscrita no coração da Igreja antes do que em instrumentos materiais», isto é, no texto sagrado. No sulco das palavras de Cristo supracitadas, o Concílio afirma que «a Tradição apostólica progride na Igreja com a assistência do Espírito Santo» (*DV*, 8). Isto acontece com a compreensão plena, através da «contemplação e estudo dos crentes», mediante a experiência que nasce da «íntima compreensão das coisas espirituais» e, sobretudo, com a pregação dos

sucessores dos apóstolos, que receberam «um carisma seguro da verdade». Em síntese, «na sua doutrina, vida e culto, a Igreja perpetua e transmite a todas as gerações tudo aquilo em que acredita» (*ibid.*). A este respeito, é famosa a expressão de São Gregório Magno: «A Sagrada Escritura cresce com quantos a leem». ^[1] E já Santo Agostinho afirmava que «é um só o discurso de Deus que se desenvolve em toda a Escritura e um só é o Verbo que ressoa nos lábios de tantos santos». ^[2] Portanto, a Palavra de Deus não é fossilizada, mas constitui uma realidade viva e orgânica que se desenvolve e cresce na Tradição. Graças ao Espírito Santo, esta última compreende-a na riqueza da sua verdade, encarnando-a nas coordenadas mutáveis da história. Nesta linha, é sugestivo o que propunha o santo Doutor da Igreja John Henry Newman, na sua obra intitulada *Ensaio sobre o desenvolvimento da doutrina cristã*. Ele afirmava que o cristianismo, quer como experiência comunitária quer como doutrina, é uma realidade dinâmica, da maneira indicada pelo próprio Jesus com as parábolas da semente (cf. *Mc* 4, 26-29): uma realidade viva que se desenvolve graças a uma força vital interior.^[3] O apóstolo Paulo exorta várias vezes o seu discípulo e colaborador Timóteo: «Ó Timóteo, conserva o depósito que te foi confiado» (*1 Tm* 6, 20; cf. *2 Tm* 1, 12.14). Na Constituição dogmática *Dei Verbum* ressoa este texto paulino, quando diz: «A sagrada Tradição e a Sagrada Escritura constituem um só depósito da Palavra de Deus confiado à Igreja», interpretado pelo «magistério vivo da Igreja, cuja autoridade é exercida em nome de Jesus Cristo» (n. 10). “Depósito” é um termo que, na sua matriz original, é de natureza jurídica e impõe ao depositário o dever de conservar o conteúdo, que neste caso é a fé, e de o transmitir intacto. Ainda hoje o “depósito” da Palavra de Deus está nas mãos da Igreja e todos nós, nos vários ministérios eclesiais, devemos continuar a conservá-lo na sua integridade, como estrela polar para o nosso caminho na complexidade da história e da existência. Caríssimos, para concluir ouçamos novamente a *Dei Verbum*, que exalta a interligação entre a Sagrada Escritura e a Tradição: elas – afirma – estão tão ligadas e unidas entre si que não podem existir independentemente e, juntas, segundo o modo que lhes é próprio, sob a ação de um único Espírito Santo, contribuem eficazmente para a salvação das almas (cf. n. 10).

NOTAS

[1] *Homiliae in Ezechielem* I, VII, 8: PL 76, 843D.

[2] *Enarrationes in Psalmos* 103, IV, 1

[3] Cf. J.H. Newman, *Lo sviluppo della dottrina cristiana* [*“Ensaio sobre o desenvolvimento da doutrina cristã”*], Milão 2003, p. 104.

Quarta-feira, 4 de fevereiro de 2026

Constituição dogmática Dei Verbum.

4. A Sagrada Escritura: Palavra de Deus com palavras humanas.

Prezados irmãos e irmãs, bom dia e bem-vindos!

A Constituição conciliar Dei Verbum, sobre a qual refletimos nestas semanas, indica na Sagrada Escritura, lida na Tradição viva da Igreja, um espaço privilegiado de encontro em que Deus continua a falar aos homens e mulheres de todos os tempos, a fim de que, ouvindo-o, possam conhecê-lo e amá-lo. Contudo, os textos bíblicos não foram escritos numa linguagem celestial ou sobre-humana. Com efeito, como nos ensina também a realidade quotidiana, duas pessoas que falam línguas diferentes não se entendem, não podem dialogar, não conseguem estabelecer uma relação. Em certos casos, fazer-se compreender pelo outro constitui um primeiro ato de amor. Por isso, Deus escolhe falar servindo-se de linguagens humanas, e assim vários autores, inspirados pelo Espírito Santo, redigiram os textos da Sagrada Escritura. Como recorda o documento conciliar, «as palavras de Deus, expressas por línguas humanas, tornaram-se intimamente semelhantes à linguagem humana, como outrora o Verbo do eterno Pai se assemelhou aos homens, tomando a carne da fraqueza humana» (DV, 13). Portanto, não só no seu conteúdo, mas também na linguagem, a Escritura revela a condescendência misericordiosa de Deus para com os homens e o seu desejo de se aproximar deles.

Ao longo da história da Igreja, estudou-se a relação existente entre o Autor divino e os autores humanos dos textos sagrados. Durante vários séculos, muitos teólogos preocuparam-se em defender a inspiração divina da Sagrada Escritura, considerando os autores humanos quase como simples instrumentos passivos do Espírito Santo. Em tempos mais recentes, a reflexão revalorizou a contribuição dos hagiógrafos na redação dos textos sagrados, a tal ponto que o documento conciliar fala de Deus como «autor» principal da Sagrada Escritura, mas chama também aos hagiógrafos «verdadeiros autores» dos livros sagrados (cf. DV, 11). Como observava um

perspicaz exegeta do século passado, «rebaixar a operação humana à de um simples amanuense não significa glorificar a operação divina».^[1] Deus nunca mortifica o ser humano e as suas potencialidades!

Portanto, se a Escritura é Palavra de Deus com palavras humanas, qualquer abordagem sua que negligencie ou negue uma destas duas dimensões é parcial. Daí decorre que uma interpretação correta dos textos sagrados não pode prescindir do ambiente histórico em que amadureceram, nem das formas literárias utilizadas; pelo contrário, a renúncia ao estudo das palavras humanas de que Deus se serviu corre o risco de levar a leituras fundamentalistas ou espiritualistas da Escritura, que atraíam o seu significado. Este princípio é válido também para o anúncio da Palavra de Deus: se ele perder o contacto com a realidade, com as esperanças e os sofrimentos dos homens, se utilizar uma linguagem incompreensível, pouco comunicativa ou anacrónica, será ineficaz. Em todas as épocas, a Igreja é chamada a repropor a Palavra de Deus com uma linguagem capaz de se encarnar na história e de alcançar os corações. Como recordava o Papa Francisco, «sempre que procuramos voltar à fonte e recuperar o frescor original do Evangelho, despontam novas estradas, métodos criativos, outras formas de expressão, sinais mais eloquentes, palavras cheias de renovado significado para o mundo atual».^[2]

Por outro lado, igualmente redutora é uma leitura da Escritura que descuide a sua origem divina e acabe por a entender como mero ensinamento humano, como algo a estudar simplesmente do ponto de vista técnico, ou como «um texto só do passado».^[3] Pelo contrário, sobretudo quando é proclamada no contexto da liturgia, a Escritura tenciona falar aos crentes de hoje, tocar a sua vida presente com as suas problemáticas, iluminar os passos a dar e as decisões a tomar. Isto só é possível quando o crente lê e interpreta os textos sagrados sob a orientação do mesmo Espírito que os inspirou (cf. DV, 12).

Neste sentido, a Escritura serve para alimentar a vida e a caridade dos crentes, como recorda Santo Agostinho: «Quem pensa ter compreendido as Escrituras divinas [...], se mediante esta compreensão não consegue levantar o edifício da dupla caridade, de Deus e do próximo, ainda não as entendeu».^[4] A origem divina da Escritura recorda também que o Evangelho, confiado

ao testemunho dos batizados, não obstante englobe todas as dimensões da vida e da realidade, transcende-as: ele não pode ser reduzido a uma mera mensagem filantrópica ou social, mas é o anúncio jubiloso da vida plena e eterna que Deus nos concedeu em Jesus.

Caros irmãos e irmãs, demos graças ao Senhor porque, na sua bondade, não deixa faltar à nossa vida o alimento essencial da sua Palavra, e oremos a fim de que as nossas palavras, e ainda mais a nossa vida, não ofusquem o amor de Deus nelas narrado.

NOTAS

[1] L. Alonso Schökel, *La parola ispirata. La Bibbia alla luce della scienza del linguaggio* [“A palavra inspirada. A Bíblia à luz da ciência da linguagem”], Brescia 1987, 70.

[2] Francisco, Exort. ap. *Evangelii gaudium* (24 de novembro de 2013), 11.

[3] Bento XVI, Exort. ap. pós-sin. *Verbum Domini* (30 de setembro de 2010), 35.

[4] Santo Agostinho, *De doctrina christiana* I, 36, 40.

Quarta-feira, 11 de fevereiro de 2026

Constituição dogmática Dei Verbum.

5. A Palavra de Deus na vida da Igreja

Estimados irmãos e irmãs, bom dia e bem-vindos!

Na catequese de hoje, refletiremos sobre o vínculo profundo e vital que existe entre a Palavra de Deus e a Igreja, vínculo expresso no capítulo sexto da Constituição conciliar Dei Verbum. A Igreja é o lugar próprio da Sagrada Escritura. Sob a inspiração do Espírito Santo, a Bíblia nasceu do povo de Deus e é destinada ao povo de Deus. Na comunidade cristã ela tem, por assim dizer, o seu habitat: com efeito, na vida e na fé da Igreja ela encontra o espaço onde revelar o seu significado e manifestar a sua força.

O Vaticano II recorda que «a Igreja venerou sempre as divinas Escrituras, como venera o próprio Corpo do Senhor, não deixando jamais, sobretudo na sagrada Liturgia, de tomar e distribuir aos fiéis o pão da vida, quer da mesa da palavra de Deus, quer do Corpo de Cristo». Além disso, «[a Igreja] sempre as considerou, e continua a considerar, juntamente com a Sagrada Tradição, como regra suprema da sua fé» (Dei Verbum, 21).

A Igreja nunca deixa de refletir sobre o valor das Sagradas Escrituras. Após o Concílio, um momento muito importante a este respeito foi a Assembleia Geral Ordinária do Sínodo dos Bispos, sobre o tema “A Palavra de Deus na vida e na missão da Igreja”, em outubro de 2008. O Papa Bento XVI recolheu os frutos dessa reflexão na Exortação pós-sinodal Verbum Domini (30 de setembro de 2010), onde afirma: «Precisamente a ligação intrínseca entre Palavra e fé põe em evidência que a autêntica hermenêutica da Bíblia só pode ser feita na fé eclesial, que tem o seu paradigma no “sim” de Maria [...] o lugar originário da interpretação da Escritura é a vida da Igreja» (n. 29).

Portanto, na comunidade eclesial a Escritura encontra o âmbito onde desempenhar a sua tarefa peculiar e alcançar a sua finalidade: dar a

conhecer Cristo e abrir ao diálogo com Deus. «A ignorância da Escritura – efetivamente – é ignorância de Cristo».^[1] Esta famosa expressão de São Jerónimo recorda-nos o objetivo último da leitura e da meditação da Escritura: conhecer Cristo e, através d’Ele, entrar em relação com Deus, relação que pode ser entendida como conversa, diálogo. E a Constituição *Dei Verbum* apresentou-nos a Revelação precisamente como diálogo, no qual Deus fala aos homens como a amigos (cf. *DV*, 2). Isto acontece quando lemos a Bíblia com atitude interior de oração: então Deus vem ao nosso encontro e entra em diálogo connosco.

A Sagrada Escritura, confiada à Igreja e por ela conservada e explicada, desempenha um papel ativo: na realidade, com a sua eficácia e poder, dá apoio e vigor à comunidade cristã. Todos os fiéis são chamados a beber desta fonte, sobretudo na celebração da Eucaristia e dos outros Sacramentos. O amor pelas Sagradas Escrituras e a familiaridade com elas devem guiar quantos exercem o ministério da Palavra: bispos, presbíteros, diáconos, catequistas. É precioso o trabalho dos exegetas e de todos aqueles que praticam as ciências bíblicas; e central é o lugar da Escritura para a teologia, que encontra na Palavra de Deus o seu fundamento e a sua alma.

O que a Igreja deseja ardentemente é que a Palavra de Deus possa alcançar cada um dos seus membros e alimentar o seu caminho de fé. Mas a Palavra de Deus impele a Igreja até além de si mesma, abrindo-a continuamente à missão a favor de todos. Com efeito, vivemos circundados de tantas palavras, mas quantas delas são vazias! Às vezes, ouvimos também palavras sábias que, no entanto, não tocam o nosso destino último. A Palavra de Deus, pelo contrário, vem ao encontro da nossa sede de significado, de verdade sobre a nossa vida. Ela é a única Palavra sempre nova: revelando-nos o mistério de Deus, é inesgotável, nunca cessa de oferecer as suas riquezas.

Caríssimos, vivendo na Igreja, aprende-se que a Sagrada Escritura está totalmente relacionada com Jesus Cristo e experimenta-se que esta é a razão profunda do seu valor e poder. Cristo é a Palavra viva do Pai, o Verbo de Deus que se fez carne. Todas as Escrituras anunciam a sua Pessoa e a sua presença salvífica, para cada um de nós e para toda a humanidade. Portanto,

abramos o coração e a mente para acolher esta dádiva, na escola de Maria, Mãe da Igreja.

[1] São Jerónimo, Comm. in Is., Prol.: PL 24, 17 B.

Quarta-feira, 18 de fevereiro de 2026

Constituição dogmática Lumen Gentium.

1. O mistério da Igreja, sacramento da união com Deus e da unidade de todo o género humano

Estimados irmãos e irmãs, bom dia e bem-vindos!

O Concílio Vaticano II, a cujos documentos dedicamos estas catequeses, quando quis descrever a Igreja, preocupou-se antes de tudo em explicar onde encontra ela a sua origem. Para o fazer, na Constituição dogmática Lumen gentium, aprovada a 21 de novembro de 1964, inspirou-se no termo “mistério”, tirado das Cartas de São Paulo. Escolhendo este vocábulo, não quis dizer que a Igreja é algo obscuro ou incompreensível, como normalmente se pensa quando se ouve pronunciar a palavra “mistério”. Exatamente o contrário: com efeito, quando São Paulo usa esta palavra, especialmente na Carta aos Efésios, quer indicar uma realidade que antes estava escondida e agora foi revelada.

Trata-se do desígnio de Deus, que tem uma finalidade: unificar todas as criaturas graças à ação reconciliadora de Jesus Cristo, ação que se concretizou na sua morte na cruz. Isto é experimentado antes de tudo na assembleia congregada para a celebração litúrgica: ali as diversidades são relativizadas, o que importa é estar juntos porque atraídos pelo Amor de Cristo, que derrubou o muro de separação entre pessoas e grupos sociais (cf. *Ef 2, 14*). Para São Paulo, o mistério é a manifestação daquilo que Deus quis realizar para toda a humanidade, dando-se a conhecer em experiências locais, que gradualmente se dilatam até incluir todos os seres humanos e até o cosmos.

A condição da humanidade é uma fragmentação que os seres humanos não são capazes de reparar, não obstante a tensão para a unidade habite o seu coração. É nesta condição que se insere a ação de Jesus Cristo que, mediante o Espírito Santo, vence as forças da divisão e o próprio Divisor. Reunir-se para celebrar, tendo acreditado no anúncio do Evangelho, é

vivido como atração exercida pela cruz de Cristo, suprema manifestação do amor de Deus; é sentir-se convocado por Deus: é por isso que se usa o termo *ekklesía*, ou seja, assembleia de pessoas que reconhecem ter sido *convocadas*. Por isso, há uma certa coincidência entre este mistério e a Igreja: a Igreja é o mistério que se torna perceptível.

Contudo esta convocação, precisamente porque é atuada por Deus, não pode limitar-se a um grupo de pessoas, mas está destinada a tornar-se experiência de todos os seres humanos. Por isso, o Concílio Vaticano II, no início da Constituição *Lumen gentium*, afirma assim: «A Igreja, em Cristo, é como que o sacramento, ou sinal, e o instrumento da íntima união com Deus e da unidade de todo o género humano» (n. 1). Com o recurso ao termo “*sacramento*” e a consequente explicação, deseja-se indicar que, na história da humanidade, a Igreja é expressão do que Deus quer realizar; por isso, olhando para ela, compreende-se de certa forma o desígnio de Deus, o mistério: neste sentido, a Igreja é sinal. Além disso, ao termo “*sacramento*” acrescenta-se também o de “*instrumento*”, exatamente para indicar que a Igreja é um sinal ativo. Com efeito, quando Deus age na história, envolve na sua atividade as pessoas destinatárias da sua ação. É mediante a Igreja que Deus alcança o objetivo de unir a si as pessoas e de as reunir entre elas.

A união com Deus encontra o seu reflexo na união das pessoas humanas. Esta é a experiência de salvação. Não é por acaso que na Constituição *Lumen gentium*, no capítulo VII, dedicado à índole escatológica da Igreja peregrina, no n. 48, se utiliza de novo a descrição da Igreja como sacramento, com a especificação “de salvação”: «Na verdade Cristo – diz o Concílio – elevado sobre a terra, atraiu todos a si (cf. *Jo* 12, 32 gr.); ressuscitado de entre os mortos (cf. *Rm* 6, 9), infundiu nos discípulos o seu Espírito vivificador e por Ele constituiu a Igreja, seu corpo, como universal sacramento de salvação; sentado à direita do Pai, atua continuamente na terra, a fim de levar os homens à Igreja e os unir mais estreitamente por meio dela e, alimentando-os com o seu próprio corpo e sangue, os tornar participantes da sua vida gloriosa».

Este texto permite compreender a relação entre a ação unificadora da Páscoa de Jesus, mistério de paixão, morte e ressurreição, e a identidade da Igreja. Ao mesmo tempo, torna-nos gratos por pertencer à Igreja, corpo de

Cristo ressuscitado e único povo de Deus peregrino na história, que vive como presença santificadora no meio de uma humanidade ainda fragmentada, como sinal eficaz de unidade e reconciliação entre os povos.

Quarta-feira, 4 de março de 2026

Constituição dogmática Lumen Gentium.

A Igreja, realidade visível e espiritual

Prezados irmãos e irmãs, bom dia e bem-vindos!

Hoje damos continuidade ao nosso aprofundamento sobre a Constituição conciliar *Lumen Gentium*, Constituição dogmática sobre a Igreja.

No primeiro capítulo, onde se tenciona responder sobretudo à pergunta sobre o que é a Igreja, ela é descrita como «uma realidade complexa» (n. 8). Agora perguntemo-nos: em que consiste tal complexidade? Alguém poderia responder que a Igreja é complexa porque “complicada” e, portanto, difícil de explicar; outros poderiam pensar que a sua complexidade deriva da constatação de ser uma instituição com dois mil anos de história, com características diferentes em relação a qualquer outra agregação social ou religiosa. Mas na língua latina a palavra “complexa” indica sobretudo a união ordenada de diferentes aspetos ou dimensões, no seio de uma única realidade. Por isso, a *Lumen gentium* pode afirmar que a Igreja é um organismo bem articulado, no qual coexistem a dimensão humana e a dimensão divina, sem separação nem confusão.

A primeira dimensão é imediatamente perceptível, pois a Igreja é uma comunidade de homens e mulheres que partilham a alegria e o esforço de ser cristãos, com as suas qualidades e os seus defeitos, anunciando o Evangelho e tornando-se sinal da presença de Cristo que nos acompanha ao longo do caminho da vida. No entanto, este aspeto – que se manifesta inclusive na organização institucional – não é suficiente para descrever a verdadeira natureza da Igreja, dado que ela possui também uma dimensão divina. Esta última não consiste numa perfeição ideal, nem numa superioridade espiritual dos seus membros, mas na constatação de que a Igreja é gerada pelo desígnio de amor de Deus para a humanidade, realizado em Cristo. Por isso, a Igreja é comunidade terrena e ao mesmo tempo corpo

místico de Cristo, assembleia visível e mistério espiritual, realidade presente na história e povo peregrino rumo ao céu (LG, 8; CIC, 771).

A dimensão humana e a dimensão divina integram-se harmoniosamente, sem que uma se sobreponha à outra; assim, a Igreja vive neste paradoxo: é uma realidade humana e ao mesmo tempo divina que acolhe o homem pecador, conduzindo-o a Deus.

Para iluminar esta condição eclesial, a *Lumen Gentium* refere-se à vida de Cristo. Com efeito, quem encontrava Jesus ao longo das estradas da Palestina, experimentava a sua humanidade, os seus olhos, as suas mãos, o som da sua voz. Quem decidia segui-lo era impelido precisamente pela experiência do seu olhar acolhedor, pelo toque das suas mãos abençoadoras, pelas suas palavras de libertação e de cura. Mas ao mesmo tempo, seguindo aquele Homem, os discípulos abriam-se ao encontro com Deus. Sim, a carne de Cristo, o seu rosto, os seus gestos e as suas palavras manifestam de modo visível o Deus invisível.

À luz da realidade de Jesus, agora podemos voltar à Igreja: quando olhamos de perto para ela, descobrimos uma dimensão humana feita de pessoas concretas, que às vezes manifestam a beleza do Evangelho, e outras esforçam-se e erram como todos. No entanto, precisamente através dos seus membros e dos seus limitados aspetos terrenos, manifestam-se a presença de Cristo e a sua ação salvífica. Como dizia Bento XVI, não há oposição entre Evangelho e instituição; aliás, as estruturas da Igreja servem precisamente para «a realização e a concretização do Evangelho no nosso tempo» (*Discurso aos bispos da Suíça*, 9 de novembro de 2006). Não existe uma Igreja ideal e pura, separada da terra, mas apenas a única Igreja de Cristo, encarnada na história.

É nisto que consiste a santidade da Igreja: na constatação de que Cristo habita nela e continua a doar-se através da pequenez e fragilidade dos seus membros. Contemplando este milagre perene que acontece nela, compreendemos o “método de Deus”: Ele torna-se visível através da debilidade das criaturas, continuando a manifestar-se e a agir. Por isso *na Evangelii gaudium*, o Papa Francisco exorta que todos aprendam «a tirar sempre as sandálias diante da terra sagrada do outro (cf. *Ex* 3, 5)» (n. 169). Isto torna-nos ainda hoje capazes de edificar a Igreja: não só organizando as

suas formas visíveis, mas construindo aquele edifício espiritual que é o corpo de Cristo, através da comunhão e da caridade entre nós.

Com efeito, a caridade gera constantemente a presença do Ressuscitado. «Queira o céu — afirmava Santo Agostinho — que todos prestem atenção unicamente à caridade: sim, só ela vence tudo, e sem ela, todas as coisas não valem nada; onde quer que ela esteja, atrai tudo a si» (*Serm.* 354, 6, 6).

Quarta-feira, 11 de março de 2026

Constituição dogmática Lumen Gentium.

3. A Igreja, Povo de Deus

Estimados irmãos e irmãs, bom dia e bem-vindos!

Continuando a reflexão sobre a Constituição dogmática Lumen gentium (LG), hoje meditamos sobre o segundo capítulo, dedicado ao Povo de Deus.

Deus, que criou o mundo e a humanidade e deseja salvar todos os homens, realiza a sua obra de salvação na história, escolhendo um povo concreto e habitando nele. Por isso, Ele chama Abraão, prometendo-lhe uma descendência numerosa como as estrelas do céu e a areia do mar (cf. Gn 22, 17-18). Com os filhos de Abraão, depois de os ter libertado da condição de escravidão, Deus faz uma aliança, acompanha-os, cuida deles, reúne-os sempre que se perdem. Portanto, a identidade deste povo é dada pela ação de Deus e pela fé n'Ele. Ele é chamado a tornar-se luz para as demais nações, como farol que atrairá a si todos os povos, a humanidade inteira (cf. Is 2, 1-5).

O Concílio afirma que «todas estas coisas aconteceram como preparação e figura da nova e perfeita Aliança que em Cristo havia de ser estabelecida e da revelação mais completa que seria transmitida pelo próprio Verbo de Deus feito carne» (LG, 9). Com efeito, é Cristo que, na dádiva do seu Corpo e Sangue, reúne em si mesmo e de modo definitivo este povo. Ele já é composto por pessoas provenientes de todas as nações; está unificado pela fé n'Ele, pela adesão a Ele, pelo viver da sua própria vida, animado pelo Espírito do Ressuscitado. Esta é a Igreja: o povo de Deus que haure a própria existência do corpo de Cristo,[1] e que é ele próprio corpo de Cristo;[2] não um povo como os outros, mas o povo de Deus, convocado por Ele e formado por mulheres e homens provenientes de todos os povos da Terra. O seu princípio unificador não é uma língua, uma cultura, uma etnia, mas a fé em Cristo: a Igreja é, portanto – segundo uma

maravilhosa expressão do Concílio – a assembleia de quantos «se voltam com fé para Cristo» (*LG*, 9).

Trata-se de um povo messiânico, precisamente porque tem como cabeça Cristo, o Messias. Aqueles que fazem parte dele não se vangloriam de méritos nem de títulos, mas apenas do dom de ser, em Cristo e por meio d’Ele, filhas e filhos de Deus. Portanto, antes de qualquer tarefa ou função, o que realmente importa na Igreja é estar enxertado em Cristo, ser por graça filhos de Deus. Como cristãos, este é também o único título honorífico que deveríamos procurar. Estamos na Igreja para receber incessantemente a vida do Pai e para viver como seus filhos e irmãos entre nós. Consequentemente, a lei que anima as relações na Igreja é o amor, tal como o recebemos e experimentamos em Jesus; e a sua meta é o Reino de Deus, para o qual ela caminha com toda a humanidade.

Unificada em Cristo, Senhor e Salvador de todos os homens e mulheres, a Igreja nunca pode fechar-se em si mesma, mas está aberta a todos e é para todos. Se lhe pertencem os crentes em Cristo, o Concílio recorda-nos que «ao novo Povo de Deus todos os homens são chamados. Por isso este Povo, permanecendo uno e único, deve estender-se a todo o mundo e por todos os séculos, para se cumprir o desígnio da vontade de Deus que, no princípio, criou uma só natureza humana e resolveu unir todos os seus filhos que estavam dispersos» (*LG*, 13). Portanto, até aqueles que ainda não receberam o Evangelho estão de certa forma orientados para o povo de Deus, e a Igreja, cooperando para a missão de Cristo, é chamada a propagar o Evangelho em toda a parte e a todos (cf. *LG*, 17), a fim de que todos possam entrar em contacto com Cristo. Isto significa que na Igreja há e deve haver lugar para todos, e que cada cristão é chamado a anunciar o Evangelho e a dar testemunho em todos os ambientes onde vive e trabalha. É assim que este povo mostra a sua catolicidade, acolhendo as riquezas e os recursos das várias culturas e, ao mesmo tempo, oferecendo-lhes a novidade do Evangelho para as purificar e elevar (cf. *LG*, 13).

Neste sentido a Igreja é una, mas inclui todos. Assim a descreveu um grande teólogo: «Única arca da Salvação, deve acolher na sua vasta nave todas as diversidades humanas. Única sala do Banquete, os víveres que

distribuí são tirados de toda a criação. Túnica inconsútil de Cristo, ela é também – e é a mesma coisa – a túnica de José, com muitas cores».[3]

É um grande sinal de esperança – sobretudo nos nossos dias, atravessados por tantos conflitos e guerras – saber que a Igreja é um povo no qual convivem, em virtude da fé, mulheres e homens de diferentes nacionalidades, línguas ou culturas: é um sinal inserido no próprio coração da humanidade, apelo e profecia daquela unidade e paz a que Deus Pai chama todos os seus filhos.

[1] Cf. J. Ratzinger, *Il nuovo popolo di Dio*, Brescia 1992, 97.

[2] Cf. Y.M.-J. Congar, *Un popolo messianico*, Brescia 1976, 75.

[3] Cf. H. de Lubac, *Cattolicismo. Aspetti sociali del dogma*, Milano 1992, 222.

Quarta-feira, 18 de março de 2026

Constituição dogmática Lumen Gentium.

4. A Igreja, povo sacerdotal e profético

Estimados irmãos e irmãs, bom dia e bem-vindos!

Hoje gostaria de voltar a refletir sobre o segundo capítulo da Constituição conciliar Lumen gentium (LG), dedicado à Igreja como povo de Deus.

O povo messiânico (LG, 9) recebe de Cristo a participação na obra sacerdotal, profética e real, na qual se realiza a sua missão salvífica. Os Padres conciliares ensinam que, mediante a nova e eterna Aliança, o Senhor Jesus instituiu um reino de sacerdotes, constituindo os seus discípulos num «sacerdócio real» (1 Pd 2, 9; cf. 1 Pd 2, 5; Ap 1, 6). Este sacerdócio comum dos fiéis é conferido através do Batismo, que nos torna capazes de prestar culto a Deus em espírito e verdade e de «confessar diante dos homens a fé recebida de Deus por meio da Igreja» (cf. LG, 11). Além disso, mediante o sacramento da Confirmação ou Crisma, todos os batizados «são mais perfeitamente vinculados à Igreja, enriquecidos com uma força especial do Espírito Santo e deste modo ficam obrigados a difundir e defender a fé por palavras e obras, como verdadeiras testemunhas de Cristo» (*ibid.*). Esta consagração está na raiz da missão comum que une os ministros ordenados e os fiéis leigos.

A este propósito, o Papa Francisco observava assim: «Olhar para o Povo de Deus é recordar que todos fazemos o nosso ingresso na Igreja como leigos. O primeiro Sacramento, que sela para sempre a nossa identidade, e do qual deveríamos ser sempre orgulhosos, é o Batismo. Através dele e com a unção do Espírito Santo [os fiéis] “são consagrados para ser edifício espiritual e sacerdócio santo” (LG, 10)... assim todos formamos o Santo Povo fiel de Deus» (Carta ao Presidente da Pontifícia Comissão para a América Latina, 19 de março de 2016).

O exercício do sacerdócio real realiza-se de muitas maneiras, todas elas orientadas para a nossa santificação, em primeiro lugar participando na oferta da Eucaristia. Mediante a oração, a ascese e a caridade ativa, testemunhamos assim uma vida renovada pela graça de Deus (cf. LG, 10). Como resume o Concílio, «a índole sagrada e a estrutura orgânica da comunidade sacerdotal efetivam-se pelos sacramentos e pelas virtudes» (LG, 11).

Além disso, os Padres conciliares ensinam que o santo Povo de Deus participa também da missão profética de Cristo (cf. LG, 12). Neste contexto, introduzem o importante tema do sentido da fé e do consenso dos fiéis. A Comissão doutrinal do Concílio especificava que este *sensus fidei* «é como uma faculdade de toda a Igreja graças à qual, na sua fé, ela reconhece a revelação transmitida, distinguindo entre o verdadeiro e o falso nas questões de fé e, ao mesmo tempo, penetra nela mais profundamente, aplicando-a na vida de maneira mais plena» (cf. *Acta Synodalia*, III/1, 199). Por conseguinte, o sentido da fé pertence aos fiéis individualmente não a título próprio, mas enquanto membros do povo de Deus no seu conjunto.

A *Lumen gentium* concentra a atenção neste último aspeto, pondo-o em relação com a infalibilidade da Igreja, à qual está intimamente ligada, servindo-a, a do Romano Pontífice. A totalidade dos fiéis que receberam a unção do Santo (cf. *1 Jo* 2, 20 e 27), não pode enganar-se na fé; e esta sua propriedade peculiar manifesta-se por meio do sentir sobrenatural da fé de todo o povo quando ele, “desde os Bispos até ao último dos fiéis leigos”, manifesta o consenso universal em matéria de fé e costumes (cf. LG, 12). Assim a Igreja, como comunhão dos fiéis que inclui obviamente os pastores, não pode errar na fé: o órgão desta sua propriedade, assente na unção do Espírito Santo, é o sentido sobrenatural da fé de todo o povo de Deus, que se manifesta no consenso dos fiéis. Desta unidade, que o Magistério eclesial salvaguarda, decorre que cada batizado é sujeito ativo de evangelização, chamado a dar testemunho coerente de Cristo segundo o dom profético que o Senhor infunde em toda a sua Igreja.

Com efeito, o Espírito Santo que nos advém de Jesus Ressuscitado dispensa «graças especiais entre os fiéis de todas as classes, com as quais os tornam aptos e dispostos a assumir diversas tarefas e encargos, proveitosos

para a renovação e cada vez mais ampla edificação da Igreja» (LG, 12). Uma demonstração peculiar desta vitalidade carismática é oferecida pela vida consagrada, que brota e floresce continuamente por obra da graça. Inclusive as formas associativas eclesiais constituem um exemplo resplandecente da variedade e fecundidade dos frutos espirituais para a edificação do Povo de Deus.

Caríssimos, despertemos em nós a consciência e a gratidão por ter recebido o dom de fazer parte do Povo de Deus; e também a responsabilidade que isto implica.

Quarta-feira, 25 de março de 2026

Constituição dogmática *Lumen Gentium*.

5. Sobre o fundamento dos Apóstolos. A Igreja na sua dimensão hierárquica

Estimados irmãos e irmãs, bom dia e bem-vindos!

Continuemos as catequeses sobre os Documentos do Concílio Vaticano II, comentando a Constituição dogmática *Lumen gentium* sobre a Igreja (LG). Depois de a ter apresentado como povo de Deus, hoje consideremos a sua forma hierárquica.

A Igreja católica encontra o seu fundamento nos Apóstolos, desejados por Cristo como colunas vivas do seu Corpo místico, e possui uma dimensão hierárquica que age ao serviço da unidade, da missão e da santificação de todos os membros. Esta Ordem sagrada está permanentemente alicerçada nos Apóstolos (cf. *Ef* 2, 20; *Ap* 21, 14), como testemunhas autorizadas da ressurreição de Jesus (cf. *At* 1, 22; *1 Cor* 15, 7) e enviados pelo próprio Senhor em missão ao mundo (cf. *Mc* 16, 15; *Mt* 28, 19). Dado que são chamados a preservar fielmente o ensinamento salvífico do Mestre (cf. *2 Tm* 1, 13-14), os Apóstolos transmitem o seu ministério a homens que, até ao regresso de Cristo, continuam a santificar, dirigir e ensinar a Igreja «graças àqueles que lhes sucedem no ofício pastoral» (CIC, n. 857).

Esta sucessão apostólica, fundamentada no Evangelho e na Tradição, é aprofundada no capítulo III da *Lumen gentium*, intitulado «A constituição hierárquica da Igreja e em especial o episcopado». O Concílio ensina que a estrutura hierárquica não é uma construção humana, funcional à organização interna da Igreja como corpo social (cf. LG, 8), mas uma instituição divina destinada a perpetuar a missão confiada por Cristo aos Apóstolos até ao fim dos tempos.

Que este tema seja abordado no capítulo III, a seguir aos primeiros dois em que se contemplou a verdadeira essência da Igreja (cf. *Acta Synodalia* III/1, 209-210), não implica que a constituição hierárquica represente um elemento posterior em relação ao povo de Deus: como observa o Decreto *Ad gentes*, «os Apóstolos foram assim a semente do novo Israel e ao mesmo tempo a origem da sagrada Hierarquia» (n. 5), enquanto comunidade dos redimidos pela Páscoa de Cristo, estabelecida como meio de salvação para o mundo.

Para compreender a intenção do Concílio, é oportuno ler bem o título do capítulo III da *Lumen gentium*, que explicita a estrutura fundamental da Igreja, recebida de Deus Pai mediante o Filho e levada a cumprimento com a efusão do Espírito Santo. Os Padres conciliares não queriam apresentar os elementos institucionais da Igreja, como poderia sugerir o substantivo “constituição”, se fosse entendido no sentido moderno. Pelo contrário, o Documento centra-se no «sacerdócio ministerial ou hierárquico», que difere «essencialmente e não apenas em grau» do sacerdócio comum dos fiéis, recordando que eles «se ordenam mutuamente um ao outro, pois um e outro participam, a seu modo, do único sacerdócio de Cristo» (LG, 10). Portanto, o Concílio aborda o ministério que é transmitido a homens investidos de *sacra potestas* (cf. LG, 18) para o serviço na Igreja: medita em particular sobre o episcopado (LG, 18-27), depois sobre o presbiterado (LG, 28) e o diaconado (LG, 29) como graus do único sacramento da Ordem.

Por conseguinte, com o adjetivo “hierárquica” o Concílio quer indicar a origem sagrada do ministério apostólico na ação de Jesus, Bom Pastor, assim como as suas relações internas. Em primeiro lugar, os Bispos, e através deles os presbíteros e os diáconos, receberam tarefas (em latim, *munera*) que os colocam ao serviço de «todos os que pertencem ao Povo de Deus», a fim de que «alcancem a salvação, concorrendo livre e ordenadamente para o mesmo fim» (LG, 18).

A *Lumen gentium* recorda repetidamente a natureza colegial e comunal desta missão apostólica, reiterando que «o encargo que o Senhor confiou aos pastores do seu povo é um verdadeiro serviço, significativamente chamado *diaconia* ou ministério na Sagrada Escritura» (LG, 24). Assim, compreende-se por que motivo São Paulo VI apresentou a

hierarquia como realidade «nascida da caridade de Cristo para realizar, difundir e garantir a transmissão intacta e fecunda do tesouro de fé, exemplos, preceitos e carismas, deixado por Cristo à sua Igreja» (Alocução, 14 de setembro de 1964, in *Acta Synodalia* III/1, 147).

Prezadas irmãs e irmãos, oremos ao Senhor a fim de que envie à sua Igreja ministros que sejam ardentes de caridade evangélica, dedicados ao bem de todos os batizados, e missionários intrépidos em todas as partes do mundo.

Quarta-feira, 1 de abril de 2026

Constituição dogmática *Lumen Gentium*.

6. Pedras vivas na Igreja e testemunhas no mundo: os leigos no povo de Deus

Irmãos e irmãs, bom dia!

Continuemos o nosso caminho de reflexão sobre a Igreja, como nos é apresentada na Constituição conciliar *Lumen Gentium* (LG). Hoje vamos abordar o quarto capítulo, que trata dos leigos. Recordemos todos o que o Papa Francisco gostava de repetir: «A imensa maioria do povo de Deus é constituída por leigos. Ao seu serviço, está uma minoria: os ministros ordenados» (Exort. ap. *Evangelii gaudium*, 102).

Esta parte do Documento preocupa-se em explicar in positivo a natureza e a missão dos leigos, após séculos em que eles eram definidos simplesmente como aqueles que não fazem parte dos clérigos ou dos consagrados. Por isso, apraz-me reler convosco um trecho muito bonito, que manifesta a grandeza da condição cristã: «Um só é, pois, o Povo de Deus: “Um só Senhor, uma só fé, um só Batismo” (*Ef* 4, 5); comum é a dignidade dos membros, pela regeneração em Cristo; comum a graça de filhos, comum a vocação à perfeição; uma só salvação, uma só esperança e uma caridade indivisa» (LG, 32).

Antes de qualquer diferença de ministério ou de estado de vida, o Concílio afirma a igualdade entre todos os batizados. A Constituição não quer que se esqueça o que já tinha afirmado no capítulo sobre o povo de Deus, ou seja, que a condição do povo messiânico é a dignidade e a liberdade dos filhos de Deus (cf. LG, 9).

Naturalmente, quanto maior é o dom, tanto maior é também o compromisso. Por isso, o Concílio, além da dignidade, realça inclusive a missão dos leigos na Igreja e no mundo. Mas onde se fundamenta esta missão e em que consiste? É a própria descrição dos leigos, proposta pelo

Concílio, que nos dá a resposta: «Por leigos entendem-se aqui todos os fiéis cristãos [...] que, incorporados em Cristo pelo Batismo, constituídos em Povo de Deus e tornados participantes a seu modo da função sacerdotal, profética e real de Cristo, exercem pela parte que lhes toca a missão de todo o povo cristão na Igreja e no mundo» (LG, 31).

Portanto, o santo povo de Deus nunca é uma massa informe, mas o corpo de Cristo ou, como dizia Santo Agostinho, o *Christus totus*: é a comunidade organicamente estruturada, em virtude da fecunda relação entre as duas formas de participação no sacerdócio de Cristo: sacerdócio comum dos fiéis e sacerdócio ministerial (cf. LG, 10). Em virtude do Batismo, os fiéis leigos participam no mesmo sacerdócio de Cristo. Com efeito, «o supremo e eterno sacerdote Cristo Jesus, querendo também por meio dos leigos continuar o seu testemunho e serviço, vivifica-o pelo seu Espírito e, sem cessar, os incita a toda a obra boa e perfeita» (LG, 34).

Como deixar de recordar, a tal propósito, São João Paulo II e a sua Exortação apostólica *Christifideles laici* (30 de dezembro de 1988)? Nela, ele frisava que «o Concílio, com o seu riquíssimo património doutrinal, espiritual e pastoral, dedicou páginas maravilhosas à natureza, dignidade, espiritualidade, missão e responsabilidade dos fiéis leigos. E os Padres conciliares, fazendo eco ao chamamento de Cristo, convidaram todos os fiéis leigos, homens e mulheres, a trabalhar na sua vinha» (n. 2). Deste modo, o meu venerado Predecessor relançava o apostolado dos leigos, ao qual o Concílio dedicara um Documento específico, de que falaremos mais adiante. [1]

O vasto campo do apostolado dos leigos não se limita ao espaço da Igreja, mas dilata-se ao mundo. Com efeito, a Igreja está presente onde quer que os seus filhos professem e testemunhem o Evangelho: nos ambientes de trabalho, na sociedade civil e em todas as relações humanas, onde eles, com as suas escolhas, mostram a beleza da vida cristã, que antecipa aqui e agora a justiça e a paz que serão plenas no Reino de Deus. É necessário que o mundo «seja penetrado do espírito de Cristo e, na justiça, na caridade e na paz, atinja mais eficazmente o seu fim» (LG, 36). E isto só é possível com a contribuição, o serviço e o testemunho dos leigos!

É o convite a ser aquela Igreja “em saída” de que nos falava o Papa Francisco: uma Igreja encarnada na história, sempre aberta à missão, na qual todos somos chamados a ser discípulos-missionários, apóstolos do Evangelho, testemunhas do Reino de Deus, portadores da alegria de Cristo que encontramos!

Irmãos e irmãs, a Páscoa que nos preparamos para celebrar renove em nós a graça de ser, como Maria de Magdala, Pedro e João, testemunhas do Ressuscitado!

[1] Cf. Conc. Ecum. Vat. II, Decr. *Apostolicam actuositatem* (18 de novembro de 1965).

Quarta-feira, 8 de abril de 2026

Constituição dogmática Lumen Gentium.

7. Santidade e conselhos evangélicos na Igreja

Estimados irmãos e irmãs, bom dia e bem-vindos!

A Constituição do Concílio Vaticano II *Lumen gentium* (LG) sobre a Igreja dedica um capítulo inteiro, o quinto, à vocação universal à santidade de todos os fiéis: cada um de nós é chamado a viver na graça de Deus, praticando as virtudes e conformando-se a Cristo. De acordo com a Constituição conciliar, a santidade não é um privilégio para poucos, mas um dom que compromete cada batizado a tender à perfeição da caridade, ou seja, à plenitude do amor a Deus e ao próximo. Com efeito, a caridade é o coração da santidade à qual todos os crentes são chamados: infundida pelo Pai, mediante o Filho Jesus, esta virtude «dirige todos os meios de santificação, informa-os e leva-os ao seu fim» (LG, 42). O nível mais elevado da santidade, como na origem da Igreja, é o martírio, «supremo testemunho de fé e caridade» (LG, 50): por este motivo, o texto conciliar ensina que todos os crentes devem estar prontos a confessar Cristo até ao sangue (cf. LG, 42), como sempre aconteceu e acontece ainda hoje. Esta disponibilidade ao testemunho realiza-se cada vez que os cristãos deixam sinais de fé e amor na sociedade, comprometendo-se em prol da justiça.

Todos os Sacramentos, de modo eminente a Eucaristia, são alimento que faz crescer uma vida santa, assimilando cada pessoa a Cristo, modelo e medida da santidade. Ele santifica a Igreja, da qual é Cabeça e Pastor: nesta perspectiva, a santidade é seu dom, que se manifesta na nossa vida quotidiana sempre que o acolhemos com júbilo e lhe correspondemos com dedicação. A este propósito, na Audiência geral de 20 de outubro de 1965 São Paulo VI recordava que, para ser autêntica, a Igreja quer que todos os batizados «sejam santos, isto é, verdadeiramente seus filhos dignos, fortes e fiéis». Isto realiza-se como transformação interior, pela qual a vida de cada pessoa se conforma a Cristo em virtude do Espírito Santo (cf. Rm 8, 29; LG, 40).

A *Lumen gentium* descreve a santidade da Igreja católica como uma sua característica constitutiva, a receber na fé, dado que ela é considerada «indefetivelmente santa» (LG, 39): isto não significa que o seja de maneira plena e perfeita, mas que é chamada a confirmar este dom divino durante a sua peregrinação rumo à meta eterna, caminhando «no meio das perseguições do mundo e das consolações de Deus» (Santo Agostinho, *De civ. Dei* 51, 2; LG, 8). A triste realidade do pecado na Igreja, isto é, em todos nós, convida cada um a efetuar uma séria mudança de vida, confiando-nos ao Senhor, que nos renova na caridade. É precisamente esta graça infinita, que santifica a Igreja, que nos confia uma missão a cumprir dia após dia: a da nossa conversão. Por isso, a santidade não tem apenas uma natureza prática, como se fosse redutível a um compromisso ético, por maior que seja, mas diz respeito à própria essência da vida cristã, pessoal e comunitária.

Nesta ótica, adquire um papel decisivo a vida consagrada, abordada pela Constituição conciliar no capítulo sexto (cf. nn. 43-47). No santo povo de Deus, ela constitui um sinal profético do mundo novo, experimentado no aqui e agora da história. Efetivamente, sinais do Reino de Deus, já presente no mistério da Igreja, são os conselhos evangélicos que dão forma a cada experiência de vida consagrada: a pobreza, a castidade e a obediência. Estas três virtudes não são prescrições que acorrentam a liberdade, mas dons libertadores do Espírito Santo, mediante os quais alguns fiéis se consagram totalmente a Deus. A pobreza expressa a plena confiança na Providência, libertando do cálculo e do próprio interesse; a obediência tem como modelo o dom de si que Cristo fez ao Pai, libertando da suspeita e do domínio; a castidade é a doação de um coração íntegro e puro no amor, ao serviço de Deus e da Igreja.

Conformando-se a este estilo de vida, as pessoas consagradas dão testemunho da vocação universal à santidade de toda a Igreja, sob a forma de um seguimento radical. Os conselhos evangélicos manifestam a plena participação na vida de Cristo, até à cruz: é precisamente pelo sacrifício do Crucificado que todos somos redimidos e santificados! Contemplando este acontecimento, sabemos que não existe experiência humana que Deus não redima: até o sofrimento, vivido em união com a paixão do Senhor, se torna caminho de santidade. Assim, a graça que converte e transforma a vida

fortalece-nos em todas as provações, indicando-nos como meta não um ideal distante, mas o encontro com Deus, que se fez homem por amor. A Virgem Maria, santíssima Mãe do Verbo encarnado, apoie e ampare sempre o nosso caminho!